



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E DE OBRAS PÚBLICAS

EXMA SENHORA
**Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização Administrativa**

N/Refª: 46 /CEIOP

Data: 7 de fevereiro de 2018

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Conta Geral do Estado - 2016 que foi aprovado por unanimidade, na reunião desta Comissão realizada em 7 de fevereiro.

Com os meus melhores cumprimentos,

**Hélder Amaral
Presidente**





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Parecer

Conta Geral do Estado - 2016

Autor: Deputado

Joel Sá (GP PSD)



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

ÍNDICE

PARTE I - CONSIDERANDOS

1. Introdução
2. Enquadramento Internacional e Nacional
3. Análise Sectorial - Execução por Programas Orçamentais
 - I) PO 07 - Segurança Interna
 - II) PO 14 - Planeamento e Infraestruturas
 - III) PO 15 - Economia
 - IV) PO 16 - Ambiente
 - V) PO 19 - Mar

PARTE II - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE IV – ANEXOS



PARTE I . CONSIDERANDOS

1. Introdução

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 205.º do Regimento da Assembleia da República a Conta Geral do Estado é remetida “à comissão parlamentar competente em razão da matéria para emissão de relatório, e às restantes comissões parlamentares permanentes, para efeitos de emissão de parecer”.

Após a apresentação pelo Governo da Conta Geral do Estado de 2016, o Tribunal de Contas (TC) e o Conselho Económico e Social (CES) a quem a Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa solicitou parecer, emitiram os seus pareceres relativamente ao documento. Também a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República, nos termos do seu mandato apresentou um Parecer Técnico de análise à referida Conta Geral do Estado de 2016.

Compete à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas analisar o referido documento tendo presentes os referidos pareceres e emitir parecer focando os aspectos de especial relevância para os sectores que acompanha, cabendo-lhe igualmente remeter o parecer resultante à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

2. Enquadramento

Em 2016, conforme refere o Relatório do Tribunal de Contas, a **Economia Mundial** *desacelerou o seu ritmo de crescimento para 3,2% face aos 3,4% atingidos em 2015 em virtude do àbrandamento nas economias avançadas (-0,6 p.p. face ao ano anterior) e da ligeira melhoria do desempenho dos países emergentes e em desenvolvimento (+0,1 p.p.). Estes países mantiveram uma posição determinante no crescimento económico mundial (4,3% face a 1,7% nas economias avançadas), no contexto da heterogeneidade entre países e regiões.»*

Em matéria de finanças públicas, em 2016, verificou-se um agravamento geral do nível global dos saldos orçamentais, com as economias emergentes a apresentarem face ao ano anterior um agravamento do défice de 4,5% para 4,8% do PIB, enquanto que nas economias avançadas subiu de 2,6% para 2,8% do PIB.

Também ao nível da dívida pública se verificou um agravamento do indicador, com as economias avançadas a atingirem neste rácio os 106,3% do PIB face a 104,1% em 2015, e as economias emergentes em nível mais moderado a registar um agravamento de 43,8% para 46,8% do PIB.

Gráfico A. 3 – Saldos orçamentais na área do euro (% PIB)

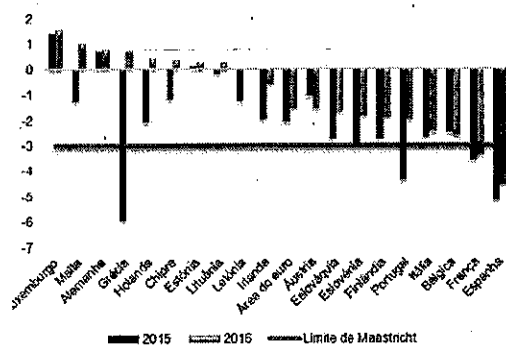
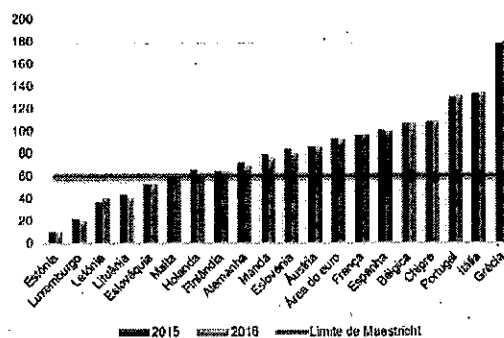


Gráfico A. 4 – Dívidas públicas na área do euro (% PIB)



No contexto interno, na Economia Nacional e conforme refere a UTAO «O ano de 2016 foi marcado pela continuação da recuperação da atividade económica em Portugal, ainda que a um ritmo inferior ao de 2015. Num contexto de abrandamento do crescimento económico mundial, observou-se em 2016 um crescimento do PIB real de 1,5% do PIB (1,4% no quadro de indicadores da DGO que a seguir se reproduz). Esta recuperação assentou no contributo positivo da procura interna, perante um contributo nulo das exportações líquidas. Continuou a verificar-se uma capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa face ao exterior, beneficiando da diminuição do preço do petróleo e dos consequentes ganhos de termos de troca, assim como da redução das necessidades de financiamento das administrações públicas.»

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

(taxas de variação homóloga, em %)

	2014	2015	2016	2015				2016			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
Taxa de crescimento homólogo real (%)											
PIB	0,9	1,6	1,4	1,7	1,7	1,5	1,4	1,0	0,9	1,7	2,0
Consumo Privado	2,3	2,6	2,3	2,8	3,4	2,1	1,9	2,5	1,6	1,9	3,0
Consumo Público	-0,5	0,7	0,5	-0,2	1,1	1,0	1,1	1,2	0,5	0,2	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	2,3	4,5	-0,1	8,8	5,9	2,1	1,5	-2,5	-2,2	-0,1	4,5
Procura Interna	2,2	2,5	1,5	1,8	3,9	2,0	2,4	1,5	0,8	1,0	2,5
Exportações	4,3	6,1	4,4	7,7	7,6	5,6	3,7	3,7	1,9	5,6	6,4
Bens	4,3	6,6	4,7	8,6	8,0	6,5	3,5	3,8	2,5	5,8	6,5
Serviços	4,5	4,8	3,6	5,4	6,5	3,2	4,2	3,2	0,1	5,0	5,9
Importações	7,8	8,2	4,4	7,6	13,0	6,4	6,0	4,8	1,5	3,9	7,3
Bens	7,6	8,5	4,7	7,4	13,4	6,9	6,5	5,3	1,9	4,2	7,5
Serviços	8,7	6,4	2,0	9,0	10,4	3,6	3,2	1,4	-1,0	1,6	6,0
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)											
Procura Interna	2,2	2,6	1,5	1,8	3,9	2,1	2,4	1,5	0,8	1,0	2,6
Procura Externa Líquida	-1,4	-1,0	-0,1	-0,1	-2,3	-0,5	-1,1	-0,6	0,1	0,7	-0,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística
Nota: Contas Nacionais Trimestrais

São de salientar alguns aspectos que marcaram a evolução da economia doméstica:

- Reforço das medidas de política não convencionais do BCE, proporcionando uma maior liquidez ao sistema bancário em 2016, assente num programa alargado de compra de ativos, passando a incluir títulos de dívidas de empresas, e foi também anunciada a extensão do programa alargado de compras primeiro até final de março de 2017 e, posteriormente, até ao final de 2017, embora se registe também que foi reduzido de 80 mil M€ para 60 mil M€ o montante indicativo para as compras mensais.
- Registo de uma diminuição da taxa de desemprego, com uma descida de 12,4% para 11,1% registando-se também uma ligeira diminuição da população ativa.
- Aumento em 2016 das transferências da UE para Portugal, de 35% em relação ao ano anterior, compensando parcialmente a queda significativa que ocorreu em 2015, o que não impediu que a execução destas transferências tivesse ficado 7% abaixo do valor previsto no OE 2016.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Redução do défice orçamental em 2016 para um nível inferior ao objetivo anual definido no OE 2016, de 2,2% do PIB e em 2,4% do PIB para o défice ajustado de medidas *one-off*, com o INE a fixar o défice global de 2,0% do PIB e o défice ajustado de medidas *one-off* de 2,4% do PIB ficando em linha com o objetivo inicial definido no OE 2016. O défice global alcançado, inferior ao limite de 3% do PIB, conduziu ao encerramento oficial do Procedimento dos Défices Excessivos.
- Execução mais desfavorável do que a prevista ao nível das despesas com pessoal em 2016, que foram no entanto compensadas pela redução da despesa total em 1% face a 2015, com impacto favorável no saldo orçamental, e que resultou fundamentalmente dos desvios registados pela despesa de capital, pelas outras despesas correntes e pela despesa com juros.
- Redução em 29,6% da despesa de capital em 2016 face ao período homólogo superando o valor previsto no OE/2016 que apontava para os 17,4%, assente sobretudo na redução das despesas de investimento, que em termos anuais caíram 28,1%.

3. Análise Sectorial – Execução por Programas Orçamentais.

À Comissão de Economia Inovação e Obras Públicas - CEIOP cabe o acompanhamento institucional de actividades cuja tutela sectorial recai sobre diferentes Ministérios, e que se encontra igualmente enquadrada em diferentes Programas Orçamentais. Como tal, a desagregação da informação proporcionada nem sempre se adequa ao nível de análise mais específica daquelas actividades.

Segundo o parecer do Tribunal de Contas referente à Conta Geral do Estado de 2016 na pág. IV do sumário «*Não é possível uma avaliação dos resultados da execução orçamental uma vez que não foram definidos no OE, nem objetivos, nem indicadores para as medidas de cada um dos 18 programas*».

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

O Tribunal de Contas ilustra a execução dos Programas Orçamentais através do seguinte quadro:

Quadro B. 22 – Despesa consolidada da administração central por programa orçamental e agrupamentos de despesa

(em milhões de euros)

Programa orçamental	Despesa paga		01 Despesas com pessoal	02 Aquisição de bens e serviços	03 Juros	04, 05, 08 Transfe- rências e subsídios	06, 07, 11 Outras
	Valor	Estr. (%)					
A – Despesa sem ativos e passivos financeiros, transferências, juros dentro do programa ou aquisições da ACSS a entidades do SNS	63 170	100,0	15 837	8 746	8 051	27 158	3 377
PO01 - Órgãos de soberania	3 180	5,0	116	26	0	3 032	6
PO02 - Governação	130	0,2	79	27	0	16	8
PO03 - Representação externa	354	0,6	182	44	0	104	24
PO04 - Finanças	3 533	5,6	551	213	276	2 356	137
PO05 - Gestão da dívida pública	7 381	11,7	0	0	7 380	0	1
PO06 - Defesa	1 952	3,1	1 248	438	0	24	242
PO07 - Segurança interna	1 966	3,1	1 607	221	0	103	36
PO08 - Justiça	1 391	2,2	1 062	269	0	26	34
PO09 - Cultura	411	0,7	144	186	3	58	20
PO10 - Ciência, tecnologia e ensino superior	2 180	3,5	1 301	286	0	491	102
PO11 - Ensino Básico e secundário e administração escolar	6 127	9,7	4 628	107	23	835	534
PO12 - Trabalho, solidariedade e segurança social	19 513	30,9	369	232	1	18 664	47
PO13 - Saúde	9 881	15,6	3 763	5 902	10	63	143
PO14 - Planeamento e infraestruturas	2 909	4,6	335	487	178	119	1 790
PO15 - Economia	497	0,8	117	88	1	258	35
PO16 - Ambiente	598	0,9	141	134	173	84	68
PO17 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar	1 116	1,8	171	78	6	715	146
PO18 - Mar	51	0,1	25	9	0	11	5
B – Transferências e juros consolidados entre programas	194				43	151	
C – Despesa da AC consolidada sem ativos ou passivos (A-B)	62 976		15 837	8 746	8 008	27 007	3 377
Estrutura da despesa (%)	100,0		25,1	13,9	12,7	42,9	5,4

Fonte: SIGO - sistema de informação para a gestão orçamental.

O DL 18/2016, de 13/04, alterado através do DL 35-A/2016, de 30/06 (DLEO) aprovou as normas de execução orçamental para 2016, e, entre outros aspectos -como salienta o Tribunal de Contas na pág. 6 do seu parecer- impôs cativações adicionais às previstas no OE 2016, correspondentes ao valor do aumento das despesas com pessoal financiadas por receitas gerais face à execução orçamental provisória de 2015 e, no que se refere a receitas próprias, aos montantes em que o aumento seja superior a 4%;

Como enquadramento da análise, refere o parecer da UTAO, vide pág. 31, que o montante da despesa consolidada da administração central em 2016 foi inferior ao aprovado no OE 2016, com os vários programas orçamentais a apresentar diferentes graus de execução, situando-se em 97,3% do valor do orçamento inicial para 2016.

Entre os programas orçamentais com execução inferior ao montante orçamentado, evidencia-se - entre os sectores acompanhados pela CEIOP - a magnitude dos desvios dos programas P014-Planeamento e Infraestruturas (86,3%), P009-Economia (70,6%),

PO 16-Ambiente (67,1%), PO18-Mar (62,4%) evidenciados pela Tabela (17) preparada pela UTAO e aqui reproduzida. Dos sectores acompanhados pela CEIOP apenas o PO07-Segurança Interna que inclui a Segurança Rodoviária teve uma execução elevada, perto de esgotar a dotação (98,3%).

Tabela 17 – Despesa efetiva consolidada da administração central: comparação com os limites estabelecidos no âmbito do Quadro Plurianual de Programação Orçamental (em milhões de euros)

	Despesa efetiva consolidada da administração central			Despesa efetiva consolidada da administração central, financiada por receitas gerais			Despesa efetiva do subsector Estado, financiada por receitas gerais		
	OE/2016	CGE/2016	Grau de execução OE/2016 %	QPPQ OE/2016 Lei de OE/2016	CGE/2016	Grau de execução OE/2016 %	CGE/2016	Grau de execução OE/2016 %	
Programas									
PO01 - Órgãos de Soberania	3 175	3 180	100,1	3 159	3 145	99,6	3 167	100,3	
PO02 - Governação	152	130	85,4	110	96	87,1	99	89,8	
PO03 - Representação Externa	383	353	92,1	285	269	94,2	267	93,5	
PO04 - Finanças	3 955	3 631	91,8	2 592	2 258	87,1	2 393	92,3	
PO05 - Encargos da Dívida (Juros)	7 548	7 381	97,8	7 546	7 379	97,8	7 379	97,8	
PO06 - Defesa	2 200	1 951	88,7	1 722	1 634	94,9	1 635	94,9	
PO07 - Segurança Interna	1 999	1 966	98,3	1 613	1 607	99,6	1 606	99,7	
PO08 - Justiça	1 382	1 374	99,5	742	744	100,3	739	99,6	
PO09 - Cultura	419	408	97,5	275	67	24,3	88	32,2	
PO10 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2 271	2 130	93,8	1 397	1 290	92,4	1 370	98,1	
PO11 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	5 822	5 685	97,6	5 081	5 050	99,4	5 069	99,8	
PO12 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	19 716	19 509	99,0	13 586	13 605	100,1	13 601	100,1	
PO13 - Saúde	13 921	14 341	103,0	7 971	7 090	89,0	7 965	99,9	
PO14 - Planeamento e Infraestruturas	3 253	2 809	86,3	762	705	92,5	614	80,6	
PO15 - Economia	622	439	70,6	202	38	19,1	220	109,1	
PO16 - Ambiente	872	585	67,1	83	28	35,4	62	78,1	
PO17 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	950	1 009	106,2	295	260	88,2	267	90,4	
PO18 - Mar	80	50	62,4	36	28	77,3	28	78,5	
Despesa efetiva, incluindo dotação provisional	68 719	66 332	97,4	47 454	45 294	95,4	46 572	98,1	
Dotação para a reversão remuneratória	447	338	75,6	447	338	75,6	338	75,6	
Dotação provisional: outras despesas correntes	502	502	100,0	502	502	100,0	502	100,0	
Despesa efetiva	68 668	67 771	97,3	48 403	46 134	95,3	47 412	98,0	
<i>Por memória: Despesa primária</i>	<i>65 713</i>	<i>64 140</i>	<i>97,6</i>	<i>45 811</i>	<i>43 876</i>	<i>95,8</i>	<i>45 019</i>	<i>98,3</i>	

Fontes: Ministério das Finanças (Base de dados SIGO) e cálculos da UTAO | Notas: A metodologia da UTAO para a identificação da despesa efetiva financiada por receitas gerais da administração central difere da metodologia considerada pela DGO. Verifica-se que a DGO considera a despesa do subsector Estado financiada por receitas gerais (últimas duas colunas), i.e. inclui as transferências do subsector Estado para serviços e fundos autónomos, e exclui a despesa efetuada por estes serviços. Contudo, a UTAO considera a despesa da administração central (Estado e serviços e fundos autónomos) consolidada de transferências entre ambos os subsectores e financiada por receitas gerais, metodologia que procura respeitar a definição estabelecida para os limites para a despesa da Lei do QPPQ. Apesar das duas metodologias poderem em teoria tender para valores idênticos, verificam-se diferenças para vários programas orçamentais em 2016. As últimas colunas da tabela ilustram os valores que obedecem à metodologia seguida pela DGO.

Relativamente à reserva orçamental, - segundo a UTAO - o grau de utilização atingiu cerca de metade da dotação inicialmente aprovada. O valor total da reserva orçamental inscrita no OE/2016 ascendeu a 425 M€, sendo que o objetivo do OE/2016 tinha implícita uma poupança de 235,4 M€. No entanto, de acordo com a consulta aos sistemas aplicacionais da DGO, a execução da rubrica situou-se em 47%, originando uma poupança de 227,5 M€, situando-se 7,9 M€ abaixo do objetivo inicial. Entre os 7 programas que apresentaram menor utilização da dotação de reserva orçamental não recorrendo à reserva orçamental para aumento da sua dotação disponível estão os P014-Planeamento e Infraestruturas, P016-Ambiente, P018-Mar.

Tabela – Afetação da reserva orçamental por programa orçamental
(em milhões de euros)

Programas	Reserva orçamental inicial	Reserva orçamental não utilizada	Reserva orçamental utilizada	Grau de utilização da reserva orçamental (%)
P001 - Órgãos de Soberania	2,0	1,3	0,7	34,8
P002 - Governação	3,2	3,2	0,0	0,0
P003 - Representação Externa	6,7	6,7	0,0	0,0
P004 - Finanças	22,3	17,2	5,1	
P005 - Encargos da Dívida (Juros)	0,0	0,0	0,0	-
P006 - Defesa	39,8	39,3	0,5	1,3
P007 - Segurança Interna	43,5	5,2	38,3	88,0
P008 - Justiça	34,7	0,6	34,0	98,2
P009 - Cultura	5,2	5,1	0,1	2,4
P010 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	8,8	0,2	8,6	97,4
P011 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	118,6	9,8	108,8	91,7
P012 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	23,7	23,7	0,0	0,0
P013 - Saúde	22,2	19,6	2,6	11,9
P014 - Planeamento e Infraestruturas	60,8	60,8	0,0	
P015 - Economia	9,4	8,6	0,7	
P016 - Ambiente	18,2	18,2	0,0	
P017 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	11,6	6,6	5,0	43,2
P018 - Mar	1,4	1,4	0,0	0,0
Despesa efetiva	432,1	227,5	204,6	47,3

Financiamento do subsector Estado

De acordo com a UTAO, na pág. 46 do seu parecer, as necessidades líquidas de financiamento do subsector Estado decorreram, em grande medida, do pagamento de juros e outros encargos e da aquisição líquida de ativos financeiros. Em 2016, as necessidades líquidas de financiamento do subsector Estado atingiram 7,7 mil M€, o que representa uma diminuição de 4,1 mil M€ face ao ano anterior.

No âmbito da despesa com ativos financeiros há a destacar:

- (i) as injeções de capital nas Infraestruturas de Portugal, S.A. (950 M€), no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (358,4 M€), na CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (175,9 M€), na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (60,9 M€),
- (ii) a concessão de empréstimos a entidades públicas como o Metro do Porto, S.A. (557,5M€),

O Parecer do Tribunal de Contas (pg 57) ilustra bem a situação:

Quadro B. 16 – Receita da Administração Central – Financiamento do Estado às EPR

(em milhões de euros)

EPR	Empréstimos MLP		Dotações de Capital		Variação homóloga – Execução			
	2015	2016	2015	2016	Empréstimos MLP		Dotações de Capital	
					Valor	(%)	Valor	(%)
Metro do Porto	549	558	-	-	9	1,5	-	-
Parvalorem	285	334	-	-	48	17,0	-	-
Parups	84	92	-	-	8	9,4	-	-
Parque Escolar	23	a) 84	-	-	62	275,5	-	-
Parpública	-	b) 30	295	b) 260	30	-	-35	-11,8
Transtejo	12	4	1	12	-7	-63,5	11	764,1
Infraestruturas de Portugal	-	-	1.617	950	-	-	-667	-41,3
Metropolitano de Lisboa	-	-	189	358	-	-	169	89,4
Fundo de Resolução	489	0	-	-	-489	-	-	-
Parque Expo, 98	a) 5	0	-	-	-5	-	-	-
Empordef	1	0	-	-	-1	-	-	-
CP - Comboios de Portugal	-	-	683	176	-	-	-508	-74,3
SPMS - Serv. Partilhados do Min. Saúde	-	-	0	20	-	-	20	-
Fundo de Apoio Municipal	-	-	0	a) 93	-	-	93	-
Parparticipadas	-	-	c) 92	d) 16	-	-	-76	-82,2
Hospitais EPE	-	-	49	a) 3	-	-	-46	-93,9
EDIA	-	-	18	a) 27	-	-	10	56,7
Total	1 448	1 101	2 945	1 916	-346	-23,9	-1 029	-34,9

a) Na despesa: Parque Escolar (€ 85 M), Fundo de Apoio Municipal (€ 46 M), EDIA (€ 22 M), Parque Expo 98 (€ 0 M) e Hospitais EPE (€ 0 M).

b) Na despesa, estas operações foram integralmente registadas como dotações de capital (€ 290 M).

c) Na despesa, parte do valor encontra-se registado em empréstimos a médio e longo prazos (€ 40 M).

d) Na despesa, esta operação foi integralmente registada como empréstimos a médio e longo prazos.

Fonte: SIGO/SFA - Os valores correspondem ao reporte da execução orçamental da receita no SIGO não sendo, nos casos assinalados, integralmente coincidentes com a execução orçamental da despesa.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Programas Orçamentais na Conta Geral do Estado de 2016 - DGO

I) Segurança Interna (PO07)

Nos termos da respetiva lei orgânica, a Administração Interna é o departamento governamental que tem por missão a formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de segurança interna, do controlo de fronteiras, de proteção e socorro, de segurança rodoviária e de administração eleitoral.

No tocante à área da segurança rodoviária, foi elaborado o Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (PENSE2020), envolvendo a participação da sociedade civil, com metas claras quanto ao objetivo de redução da sinistralidade (número de mortos e feridos graves). Procedeu-se também à regulamentação da “carta por pontos” e à celebração de protocolos entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e algumas Comunidades Intermunicipais para a elaboração dos planos municipais de segurança rodoviária, enquanto instrumentos da promoção da segurança rodoviária nos aglomerados urbanos. Por último, o objetivo de modernização da fiscalização rodoviária tem sido prosseguido, entre outras medidas, pela implementação do Sistema Nacional de Controlo e Velocidade (SINCRO), tendo sido instaladas 50 cabinas e 30 cinemómetros, pela modernização dos equipamentos tecnológicos das Forças de Segurança, e pela simplificação do processo contraordenacional.

Recursos financeiros e Análise da despesa por Classificação Económica

A despesa total consolidada do Programa, em 2016, ascendeu a 1976 milhões de euros, a que corresponde uma despesa total efetiva de 1.966,5 milhões de euros.

Neste Programa a despesa orçamentada e executada concentrou-se essencialmente nos orçamentos da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), responsáveis por 44,4% e 37,6%, respetivamente, da execução total do



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Programa. Nestas duas entidades, as taxas de execução atingiram os 98,4% face às dotações corrigidas, tendo a despesa consistido maioritariamente no pagamento de despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços. De referir que os orçamentos da GNR e da PSP se encontravam deficitários desde a preparação do Orçamento do Estado para 2016.

QUADRO 137 – PO07 – Segurança Interna: Despesas por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2016			Execução de 2016		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	1 917,1	147,9	1 977,2	1 876,4	144,3	1 931,3
Despesas com Pessoal	1 604,4	12,6	1 617,1	1 594,5	12,2	1 606,7
Aquisição de Bens e Serviços	203,6	48,0	251,6	175,2	45,5	220,7
das quais: Intra-Instituições do PO13 (Saúde)	0,0	0,0		0,0	0,0	
Juros e outros encargos	0,4	0,0	0,4	0,3	0,0	0,3
Transferências Correntes	102,3	87,1	101,5	100,2	86,6	97,9
das quais: Intra-Instituições do PO	87,8	0,1		89,4	0,1	
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	6,5	0,2	6,6	6,2	0,1	6,3
Despesa de Capital	58,4	13,7	62,4	43,1	11,3	44,7
Aquisição de Bens de Capital	43,1	2,2	45,4	28,2	1,6	29,8
Transferências de Capital	15,2	0,2	5,7	14,9	0,2	5,3
das quais: Intra-Instituições do PO	9,7	0,0		9,7	0,0	
Ativos Financeiros	0,0	11,3	11,3	0,0	9,5	9,5
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	1 975,4	161,6	2 039,5	1 919,5	155,6	1 976,0
DESPESA EFETIVA	1 975,4	150,3	2 028,2	1 919,5	146,1	1 965,5
Operações Intra-Instituições do PO (AC)			97,5			99,1

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

O orçamento de despesa do Programa de Segurança Interna encontra-se desagregado por 10 medidas, onde sobressai a medida 'Segurança e Ordens Pública – Forças de Segurança com uma execução de 1.662,3 M€ e um peso de 80,1% no total do executado.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO 138 – PO07 – Segurança Interna: Despesa por medidas do Programa

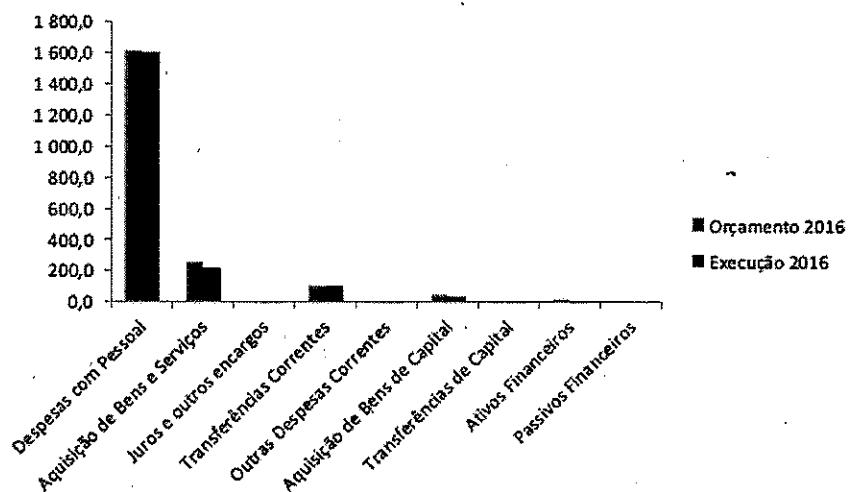
Estado, SFA e EPR	(Milhões de euros)		
	Orçamento Corrigido de 2016	Execução de 2016	Estrutura 2016 face à execução (%)
003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA	1,1	1,1	0,1
009 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	69,4	61,7	3,0
011 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA	1 701,4	1 662,3	80,1
014 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	207,4	204,9	9,9
017 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR	12,8	12,8	0,6
018 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR	6,7	6,4	0,3
023 - SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	69,1	62,1	3,0
027 - SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - AÇÃO SOCIAL	25,3	21,8	1,1
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2,0	0,3	0,0
071 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	41,6	41,7	2,0
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	2 137,0	2 075,1	100,0
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2 039,5	1 976,0	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	2 029,2	1 966,5	
Por Memória			
Ativos Financeiros	11,3	9,5	0,5
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

O gráfico seguinte dá uma visão dos orçamentos de funcionamento e de projetos da Administração Interna, por agrupamentos de despesa:

Gráfico 26 – PO07 – Segurança Interna: Execução global por execução

(Milhões de euros)



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Relativamente à estrutura da despesa, 81,7% (1606,7 milhões de euros) foi constituída por despesas com o pessoal, quase em exclusivo da responsabilidade das Forças e Serviços de Segurança.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

As Transferências Correntes concentraram 4,9% (97,3 milhões de euros) da despesa realizada no Programa e reportaram-se essencialmente à ANPC (64,4% de toda a despesa executada neste agrupamento, aproximadamente 81 milhões de euros), ao SEF (14,5%, cerca de 18,1 milhões de euros), à SGAI (7,7%, aproximadamente 9,7 milhões de euros) e à ANSR (7,4%, cerca de 9,3 milhões de euros).

No que respeita à ANSR, tratou-se de transferências de receita própria consignada para as Forças de Segurança, proveniente nomeadamente do Fundo de Garantia Automóvel e de receita dos ex-Góvernos Cívicos.

II) Planeamento e Infraestruturas (PO14)

Em 2016, as políticas a implementar tinham como principal enfoque a promoção da competitividade da economia portuguesa e o reforço da coesão territorial, acompanhadas por um esforço de consolidação no eixo das infraestruturas e respetivo setor empresarial do Estado.

Ao nível do desenvolvimento e coesão, está em causa a dinamização da economia através do financiamento europeu, tendo a execução financeira do Portugal 2020 ficado perto do pretendido segundo a DGO.

Recursos Financeiros e Análise da despesa por Classificação Económica

O Programa Orçamental Planeamento e Infraestruturas apresenta uma despesa efectiva consolidada de 2.909,1 M€, e uma taxa de execução orçamental face ao orçamento corrigido de 85%.

A Despesa por Classificação Económica evidencia uma composição * de 34,7% de despesa corrente e 65,3% de despesa de capital. O peso das despesas com investimento representa 54,7% do total da despesa, ao passo que a aquisição de bens e serviços correntes corresponde a 15% e as despesas com o pessoal a 10,3%.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO 155 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2016			Execução de 2016		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	365,5	1 372,1	1 310,8	253,7	1 191,1	1 127,3
Despesas com Pessoal	2,9	364,8	367,7	2,6	332,5	335,1
Aquisição de Bens e Serviços	0,5	577,6	578,1	0,4	486,4	486,8
Juros e outros encargos	0,0	222,7	222,7	0,0	177,7	177,7
Transferências Correntes	362,1	183,8	119,1	252,7	180,3	113,5
das quais: intra-instituições do PO	360,4	66,4		252,7	66,8	
Subsídios	0,0	2,5	2,5	0,0	2,4	2,4
Outras Despesas Correntes	0,0	20,7	20,7	0,0	11,8	11,8
Despesa de Capital	412,3	3 284,4	3 276,6	358,6	2 130,6	2 122,8
Aquisição de Bens de Capital	0,0	2 109,6	2 109,6	0,0	1 778,6	1 778,6
Transferências de Capital	412,3	12,6	4,8	358,6	11,0	3,2
das quais: intra-instituições do PO	412,2	7,7		358,6	7,7	
Ativos Financeiros	0,0	196,0	196,0	0,0	107,4	107,4
Passivos Financeiros	0,0	966,2	966,2	0,0	233,6	233,6
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	777,8	4 656,5	4 587,4	614,3	3 321,7	3 250,1
DESPESA EFETIVA	777,8	3 494,3	3 425,2	614,3	2 980,7	2 909,1
Operações intra-instituições do PO (AC)			846,8			685,8

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

*A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, SA não procedeu ao reporte de informação da conta de gerência de 2016 no Sistema de Informação de Gestão Orçamental do Ministério das Finanças.

QUADRO 156 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Despesa por medidas do Programa

(Milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2016	Execução de 2016	Estrutura 2016 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	50,8	53,2	1,4
003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA	0,0	0,0	0,0
004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	2,6	2,6	0,1
028 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	34,7	32,0	0,8
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	0,2	0,0	0,0
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	0,3	0,0	0,0
036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA	1,4	0,7	0,0
052 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	74,2	58,0	1,4
053 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - INVESTIGAÇÃO	30,3	32,3	0,8
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	477,9	333,3	8,5
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1 234,8	1 115,5	28,3
056 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES AÉREOS	861,5	0,0	0,0
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	3,5	2,9	0,1
058 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES	102,1	95,0	2,4
062 - COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO	0,0	0,0	0,0
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	158,4	143,3	3,8
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	30,2	23,3	0,6
079 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	2 356,3	2 045,8	52,0
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	5 434,2	3 935,9	100
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	4 587,5	3 250,1	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	3 425,3	2 909,1	
Por Memória			
Ativos Financeiros	196,0	107,4	2,7
Passivos Financeiros	966,2	233,6	5,9

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

O orçamento de despesa do Programa de 'Planeamento e Infraestruturas' encontra-se desagregado por 18 medidas, onde sobressaem pelo seu peso no total as medidas



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Transportes e Comunicações – Parcerias Público-privadas (52%), seguindo-se os Transportes Ferroviários (28,3%) onde se incluem a CP – Comboios de Portugal, Infraestruturas de Portugal SA, Instituto de Mobilidade e dos Transportes e o Metro-Mondego SA.

Recursos humanos

De acordo com os dados DGAEP/DEEP, relativos ao quarto trimestre 2016, o Programa contava, a 31 de dezembro, com 2.528 postos de trabalho, registando uma redução 100 postos de trabalho face ao período homólogo.

A idade média estimada é de 50,9 anos, valor acima da média da Administração Central (45,7).

Resultados obtidos

O programa orçamental relativo ao planeamento e às infraestruturas abrange duas áreas: (i) desenvolvimento e coesão – com dois objetivos de política e três indicadores para a respetiva medição e (ii) Infraestruturas – com dois objetivos e dois indicadores.

Forte esforço desenvolvido em 2016 para acelerar a implementação do Portugal 2020, de forma particular ao nível do investimento empresarial e municipal, no qual se destacam medidas como a do acelerador de investimento, não foi possível face à forte procura de apoios, diminuir o tempo de decisão face ao previsto em legislação que é de 60 dias úteis.

Ao nível das infraestruturas, a taxa de cobertura das necessidades de investimento do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) por financiamento comunitário superou a meta. A taxa de execução deste objetivo foi de 155%. Por outro lado, a execução financeira do referido Plano ficou próximo da meta de 6,6%, tendo ascendido a 6%.

Conforme refere a UTAO no seu parecer, entre os programas orçamentais com execução inferior ao montante orçamentado, evidencia-se pela magnitude dos desvios o programa P014-Planeamento e Infraestruturas (86,3%).

a) Ao nível do Desenvolvimento e coesão

No último semestre de 2016 verificou-se uma forte aceleração na implementação do Portugal 2020, traduzido no aumento do ritmo de aprovações e pagamentos, embora a “*Percentagem de candidaturas ao Portugal 2020 aprovadas num prazo inferior a 55 dias*” com um resultado de 65% tenha ficado abaixo da meta fixada.

QUADRO 157 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Desenvolvimento e coesão – objetivos de políticas

Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado
Dinamizar o investimento na economia através de uma utilização eficaz dos recursos financeiros dos fundos estruturais europeus	Taxa de execução financeira do Portugal 2020	15%	14%
	Percentagem de candidaturas ao Portugal 2020 aprovadas num prazo inferior a 55 dias	90%	65%
Potenciar a utilização de outras fontes de financiamento europeias no âmbito do Novo Impulso para a Convergência	Percentagem do investimento cofinanciado por outras fontes de financiamento europeu, em % da dotação global do Portugal 2020	5%	6,14%

Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão;

b) Ao nível das Infraestruturas

O objetivo de “*potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+)*”, ficou próximo da meta estabelecida.

O resultado do objetivo de “*Otimizar o recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes*” superou mesmo o objectivo devendo-se ao recebimento, no final de 2016, de adiantamentos de fundos comunitários no âmbito dos seguintes projetos: Ligação Ferroviária Aveiro-Vilar Formoso no Corredor Atlântico; Linha da Beira Alta (Pampilhosa-Vilar Formoso) – Projeto de Execução e Obra; Estudos para o Corredor Internacional Sul (Sines-Setúbal-Lisboa-Caia) inserido no Corredor Atlântico; Estudos das Acessibilidades Rodoferroviárias ao Porto de Leixões.

QUADRO 158 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Infraestruturas – objetivos de políticas

Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado
Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do PETI3+	Taxa de execução financeira do investimento previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) – 2014-2020	6,6%	6,0%
Otimizar o recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes	Taxa de cobertura das necessidades de investimento PETI 3+ por financiamento comunitário (%)	2,9%	4,5%

Fontes: Infraestruturas de Portugal SA

III) Economia (PO15)

Neste quadro de crescimento foi definido um modelo de desenvolvimento económico consubstanciando-se em três grandes eixos prioritários: Resolução do problema do financiamento e da capitalização das empresas; Simplificação dos procedimentos; Reforço das políticas centradas nas pessoas.

Recursos Financeiros e Análise da despesa por Classificação Económica

Programa Orçamental da 'Economia' PO15 apresenta um total da despesa consolidada efectiva de 497,5 M€.

A estrutura da despesa efetiva assenta 76,0% em Despesas Correntes e 24,0% Despesas de Capital.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO 159 – PO15 – Economia: Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2016			Execução de 2016		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	188,5	420,5	444,3	180,6	355,6	378,1
Despesas com Pessoal	38,1	86,4	124,5	36,8	79,7	116,5
Aquisição de Bens e Serviços	16,1	96,1	112,2	12,8	74,9	87,8
Juros e outros encargos	0,0	1,1	1,1	0,0	0,5	0,5
Transferências Correntes	132,4	221,2	188,9	129,5	185,6	157,0
das quais: intra-instituições do PO	122,9	41,8		119,5	38,7	
Subsídios	0,0	0,6	0,6	0,0	0,3	0,3
Outras Despesas Correntes	1,9	15,1	16,9	1,4	14,6	16,0
Despesa de Capital	89,1	852,3	856,8	84,6	720,5	721,5
Aquisição de Bens de Capital	5,4	13,4	18,8	1,9	6,1	8,1
Transferências de Capital	83,7	136,0	135,1	82,7	101,7	100,8
das quais: intra-instituições do PO	83,7	1,0		82,6	1,0	
Ativos Financeiros	0,0	690,1	690,1	0,0	600,1	600,1
Passivos Financeiros	0,0	2,1	2,1	0,0	2,0	2,0
Outras Despesas de Capital	0,0	10,7	10,7	0,0	10,5	10,5
DESPESA TOTAL	277,6	1 272,8	1 301,0	265,2	1 076,1	1 099,6
DESPESA EFETIVA	277,6	580,6	608,8	265,2	474,0	497,5
Operações intra-instituições do PO (AC)			249,3			241,7

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

O Orçamento de despesa encontra-se organizado em 6 medidas, com destaque para as 'Outras Funções Económicas Diversas-Não Especificadas' que apresenta um montante de 827,5 M€. Nesta Medida destacam-se o Fundo de Contragarantia Mútuo e o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, como sendo as entidades mais relevantes.

Outra medida com um peso orçamental considerável, de cerca de 21,8% do total das medidas do Programa, é a designada por "Turismo", da responsabilidade do Turismo de Portugal, IP, da ENATUR – Empresa Nacional de Turismo e das Entidades Regionais de Turismo.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO 160 – PO15 – Economia: Despesa por medidas do Programa

(Milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2016	Execução de 2016	Estrutura 2016 face à execução (%)
046 - INDÚSTRIA E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	204,5	115,2	8,6
051 - INDÚSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	25,2	25,2	1,9
062 - COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO	346,0	292,2	21,8
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	66,2	57,0	4,2
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	885,2	827,5	61,7
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	23,2	24,3	1,8
DESPEZA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	1 550,3	1 341,3	100
DESPEZA TOTAL CONSOLIDADA	1 301,6	1 099,8	
DESPEZA EFETIVA CONSOLIDADA	608,6	497,5	
Por Memória			
Ativos Financeiros	690,1	600,1	44,7
Passivos Financeiros	2,1	2,0	0,2

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa efectiva consolidada deste Programa apresenta segundo o parecer da UTAO uma taxa de execução de 70,6%.

QUADRO 161 – PO15 – Economia: Estrutura da receita efetiva

(Milhões de euros)

Cobertura	Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Estrutura face à receita Cobrada líquida (%)
Receitas gerais	206,83	200,60	21,1%
Receitas próprias	395,96	375,99	39,6%
Fundos europeus	366,95	336,70	35,5%
Transferências de outras entidades	34,95	35,41	3,7%
Totais	1 004,68	948,70	100,0%

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Notas:

As Receitas gerais não incluem os SI.

Para os SI foi utilizada a previsão inicial em vez da corrigida, em todos os tipos de cobertura com exceção das receitas gerais

QUADRO 162 – PO15 – Economia: Receita total cobrada

(Milhões de euros)

	Valor	Peso
Efetiva	948,70	45,2%
Não Efetiva	1 148,66	54,8%
Ativos financeiros	201,20	9,6%
Passivos financeiros	0,00	0,0%
Saldo de gerência	947,46	45,2%
Total	2 097,36	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Nota: As receitas gerais não incluem os SI.

A receita total deste programa, excluindo a receita geral dos SI, atingiu 2097,36 milhões de euros, verificando-se que a receita efetiva cobrada se situou em 948,70 milhões de euros, cerca de 45,2% do total cobrado, sendo o agrupamento das Receitas Próprias o que mais contribui para este valor.

QUADRO 163 – PO15 – Economia: Receita total cobrada por tipo de receita

(Milhões de euros)

Unív.erso	Ativos	Passivos	Receitas correntes	receitas de capital	Saldo gerência	Total	Peso
SI			38,47	0,15	35,54	74,15	3,5%
SFA	193,17	0,00	313,38	406,95	859,60	1 773,10	84,5%
EPR	8,03	0,00	94,16	95,60	52,32	250,11	11,9%
Totais	201,20	0,00	446,01	502,70	947,46	2 097,36	100,0%

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Nota: As Receitas gerais não incluem os SI.

Resultados obtidos

Em 2016, os principais objetivos definidos para o Programa estão relacionados com o incentivo à modernização, à inovação e à internacionalização das empresas, centrado num modelo de resolução do problema do financiamento e da capitalização das empresas, na simplificação dos procedimentos.

A despesa total executada no subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos deveu-se essencialmente ao IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, para a concessão de incentivos e apoios reembolsáveis a empresas no âmbito do FEDER, seguindo-se o Turismo de Portugal para a promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, visando a dinamização do turismo desde a oferta à procura, potenciando-o como um dos motores de crescimento da economia portuguesa.

É de salientar que o universo das Entidades Públicas Reclassificadas do Programa, que engloba as EPR, foi substancialmente diminuído em 2016, explicado pelas alterações das Leis Orgânicas dos Ministérios determinadas pela mudança de Governo no final do ano de 2015.

IV) Ambiente (PO16)

Através do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, foi criado o Ministério do Ambiente cuja missão consiste em “formular, conduzir, executar e avaliar as políticas do ambiente, ordenamento do território, cidades, habitação, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, clima, conservação da natureza, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial”. Este novo Ministério deixou assim de integrar a área da energia e passou a integrar a área dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros.

Recursos Financeiros e Análise da despesa por Classificação Económica

O valor agregado de despesa total dos orçamentos de Funcionamento e Investimento apresenta uma despesa total consolidada de 1.370,4 milhões de euros e uma despesa efectiva de 598,3 M€. A despesa efetiva consolidada apresenta uma taxa de execução face à dotação ajustada de 76,1%.

QUADRO 164 – PO16 – Ambiente: Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2016			Execução de 2016		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	69,4	632,5	648,6	55,6	524,8	538,8
Despesas com Pessoal	20,4	126,7	147,1	19,4	121,3	140,7
Aquisição de Bens e Serviços	6,7	158,8	165,4	5,0	128,6	133,6
das quais: intra-instituições do PO13 (Saúde)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros e outros encargos	0,0	176,4	176,4	0,0	172,8	172,8
Transferências Correntes	42,2	142,3	131,3	31,2	87,8	77,3
das quais: intra-instituições do PO	40,8	12,4	30,1	30,1	11,6	11,6
Subsídios	0,0	5,9	5,9	0,0	0,5	0,5
Outras Despesas Correntes	0,1	22,4	22,5	0,1	13,8	13,9
Despesa de Capital	19,1	992,3	997,4	16,9	828,4	831,7
Aquisição de Bens de Capital	1,2	120,2	121,3	0,6	53,2	53,8
Transferências de Capital	17,9	12,2	16,1	16,4	3,1	5,8
das quais: intra-instituições do PO	12,5	1,4	12,2	12,2	1,5	1,5
Ativos Financeiros	0,0	111,9	111,9	0,0	24,6	24,6
Passivos Financeiros	0,0	748,0	748,0	0,0	747,5	747,5
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	88,5	1 624,7	1 646,0	72,6	1 353,2	1 370,4
DESPESA EFETIVA	88,5	764,8	786,1	72,6	581,1	598,3
Operações Intra-Instituições do PO (AC)			67,2			55,3

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

QUADRO 165 – PO16 – Ambiente: Receita cobrada por serviços – CGE

Unidade : Milhoes Euros

Serviços	Receita Cobrada 2016 - MAMB
Serviços Integrados	11,4
SFA'S	525,6
EPR's	1 256,9
Total Geral	1 793,9

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Nota: Inclui Ativos e Passivos Financeiros.

No quadro supra de receita cobrada por serviço, é visível o peso das EPR (Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto, Transtejo, Soflusa, Marina Parque das Nações, Parque Expo e Sociedades Polis) com 70% no total das receitas cobradas do MAMB.

Na execução, as despesas de capital têm um peso de 60,6% no global dos gastos, enquanto as despesas correntes representam 39,3% do total da execução.

Relativamente aos ativos e passivos financeiros destacam-se os valores registados no Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto e IHRU, justificados pela existência de empréstimos nacionais e internacionais (juros e capital).

O Programa Orçamental 'Ambiente' encontra-se estruturado em 12 medidas, com destaque para a medida ' Transportes e Comunicações – Transportes Ferroviários responsável pela execução de 1.084,4 M€ ou seja 76,1% do total executado.

QUADRO 166 – PO16 – Ambiente: Despesa por medidas do Programa

(Milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2016	Execução de 2016	Estrutura 2016 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,4	0,2	0,0
028 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	9,2	8,7	0,6
030 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO	120,7	53,2	3,7
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	92,3	62,4	4,4
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	281,0	159,6	11,2
043 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - SILVICULTURA	1,0	0,5	0,0
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	3,9	3,5	0,2
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1 130,1	1 084,4	76,1
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	58,9	40,0	2,8
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	12,1	10,1	0,7
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0,0	0,0	0,0
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	3,7	3,2	0,2
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	1 713,2	1 425,8	99,9
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	1 646,0	1 425,8	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	786,1	653,7	
Por Memória			
Ativos Financeiros	111,9	24,6	1,7
Passivos Financeiros	748,0	747,5	52,4

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

Resultados obtidos

a) Mobilidade urbana

A promoção da mobilidade urbana é um driver para a sustentabilidade e competitividade das cidades, pelo que ao longo de 2016 o governo, desenvolveu um novo modelo de organização do setor dos transportes públicos rodoviários, assente na descentralização de competências para as autoridades de transporte, analisou os investimentos de expansão nas redes de metropolitano de Lisboa e do Porto e ampliou a rede de postos de carregamento de veículos elétricos (Rede Mobi.E);

b) Reabilitação urbana

O Ministério do Ambiente legislou no sentido de implementar o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU2020), o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, e Programa Casa Eficiente. Associando a prioridade de reabilitação à da eficiência energética, foram disponibilizadas verbas, no âmbito do POSEUR e do Fundo para a Eficiência Energética, para investimentos em eficiência energética na administração pública central e local.

V) Mar (PO18)

De acordo com artigo 28º do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, o Ministério do Mar (MM) tem por missão a coordenação transversal dos assuntos do mar, incluindo a promoção do transporte marítimo e dos portos, e a gestão dos fundos nacionais e europeus relativos ao mar, com medidas concretas concretizadas.

Recursos Financeiros e Análise da despesa por Classificação Económica

Em termos financeiros o valor agregado do Programa Mar dos orçamentos de atividades e projetos, deduzidas as dotações inscritas nos agrupamentos de Ativos Financeiros, Passivos Financeiros e Dotações Extra Orçamentais apresentava um orçamento inicial de 64,9 milhões de euros. A execução foi de 50,7 milhões de euros. Na despesa efetiva consolidada orçamentada as despesas correntes representaram 80,6% e as de capital 19,5% no total do orçamento corrigido.

QUADRO 171 – PO18 – Mar: Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2016			Execução de 2016		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	40,4	36,5	61,8	32,4	27,7	45,0
Despesas com Pessoal	13,1	14,2	27,4	11,5	13,4	24,9
Aquisição de Bens e Serviços	8,7	11,8	20,5	3,8	5,5	9,3
das quais: intra-instituições do PO13 (Saúde)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	18,3	10,2	13,4	16,8	8,8	10,6
das quais: intra-instituições do PO	15,1	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	0,3	0,2	0,5	0,2	0,0	0,2
Despesa de Capital	6,4	9,3	14,9	4,1	2,4	5,7
Aquisição de Bens de Capital	4,8	9,3	14,1	2,7	2,4	5,1
Transferências de Capital	1,6	0,0	0,8	1,4	0,0	0,6
das quais: intra-instituições do PO	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,0
Ativos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	46,7	45,8	76,7	36,4	30,1	50,7
DESPESA EFETIVA	46,7	45,8	76,7	36,4	30,1	50,7
Operações Intra-instituições do PO (AC)			15,9			15,8

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

Na despesa total/despesa efetiva do orçamento corrigido as despesas correntes pesaram 80,6% e as despesas de capital pesaram 19,4%. Na execução as despesas correntes pesaram

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

88,8% e as de capital pesaram 11,2%. As despesas com o pessoal representaram 35,7% do orçamento corrigido e 49,2% da despesa executada.

O orçamento de despesa do Programa Orçamental 'Mar' encontra-se dividido em 6 medidas, tendo em evidência a medida Serviços Gerais da A.P. - Investigação Científica de Carácter Geral, com 59,9% em termos de execução, devido ao peso do IPMA, IP no orçamento do Programa e a medida 045 – Pesca, a que correspondem 18,5%, fundamentalmente devido à DGRM.

QUADRO 172 – PO18 – Mar: Despesa por medidas do Programa

Estado, SFA e EPR	(Milhões de euros)		
	Orçamento Corrigido de 2016	Execução de 2016	Estrutura 2016 face à execução (%)
004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	40,3	39,8	99,0
040 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	12,7	7,2	10,9
041 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO	13,3	5,1	7,7
045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - PESCA	17,5	12,3	18,5
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	2,4	1,7	2,8
004 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO	0,4	0,3	0,5
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	92,0	66,5	100,0
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	76,7	50,7	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	76,7	50,7	
Por Memória			
Ativos Financeiros	0,0	0,0	0
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

QUADRO 173 – PO18 – Mar: Despesa por serviços do Programa

Serviço	(Milhões de euros)	
	Orçamento Corrigido de 2016	Execução de 2016
MM	76,7	50,7
SI	30,6	20,6
AG-MM	1,8	1,6
DGPM	5,1	2,7
DGRM	18,5	13,3
EMEPC	3,8	2,2
GAMA	0,2	0,2
MAR 2020	1,2	0,8
SFA	46,0	30,1
FCSP	1,2	0,4
IPMA, I.P.	44,8	29,7
DESPESA EFETIVA	76,7	50,7

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento

No que respeita à componente de atividades do OE a taxa de execução face ao orçamento corrigido foi de 74,0% e a taxa de execução da componente de projetos foi de 45,8%, sendo a taxa global das duas componentes de 66,1%.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Resultados obtidos

Foi lançado o Roteiro para Estratégia Industrial das Energias Renováveis Oceânicas, podendo vir a fornecer 25% da eletricidade nacional.

Ao nível dos Portos foi implementada a Fatura Única Portuária operacionalizando totalmente nos cinco portos principais do Continente: Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines, que entrou formalmente em vigor no passado dia 1 de janeiro e celebrado o Acordo de paz social no Porto de Lisboa em Junho de 2016 permitindo a assinatura de um Contrato Coletivo de Trabalho por seis anos.

Foi apresentada no final de 2016 a “Estratégia para aumento da Competitividade dos Portos do Continente 2016-2026”, prevendo a adequação de infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e procura, melhoraria das condições de operacionalidade das unidades portuárias, e um investimento até 2026 de 2,5 mil milhões de euros (83% privado, 11% público nacional, 6% comunitário).

Foram desenvolvidas várias iniciativas entre as quais a *Volvo Ocean Race*, evento náutico mundial.

A execução do orçamento de 2016 foi particularmente difícil, nomeadamente pela manifesta dotação insuficiente para as contribuições internacionais, a aplicação em despesa dos saldos de gerência sem que tenha sido facultada a isenção da regra do equilíbrio e a aplicação de cativos às Receitas Próprias.

O Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) registou uma taxa de execução de 73,4% face ao orçamento corrigido, predominando as despesas com pessoal (60,6%).

O projeto nº 9068 – “Dragagens e Intervenções de Emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul”, apresentou uma execução de 2,5 milhões de euros (70,9%).

Notas finais, Recomendações, Incorreções e Riscos apontados pelo Tribunal de Contas

63% das recomendações formuladas no Parecer de 2014 do Tribunal de Contas à Assembleia da República e/ou ao Governo, foram acolhidas total ou parcialmente. Neste Parecer formulam-se 75 recomendações, contributo do Tribunal para a correção dos erros e deficiências assinalados e para a melhoria da fiabilidade, do rigor e da transparência da CGE, vide pág. XIV do PTC.

O Parecer do Tribunal de Contas, aponta também alguns erros na elaboração da CGE de 2016 com incidência nos sectores sob escrutínio da CEIOP, mais concretamente (In pág. 80 do PTC):

Quadro B. 25 – Erros na reclassificação da despesa de 2015, para efeitos da sua comparação com a despesa de 2016, Mapa do Volume II, Mapa 15

Sigla do Ministério/Cap.		Valor a corrigir (€)	Fundamentação
A somar	A diminuir		
MPI / Serviços das Áreas das Infraestruturas	EGE / Administração Local	623 015	Transferências do OE para as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, que integram a administração local. Dada a missão destas entidades, a área governativa adequada é a do Ministério do Planeamento e Infraestruturas. Adicionalmente, a reafetação efetuada pela DGO não manteve a separação entre despesas de funcionamento e projetos (€ 91.106 estavam afetos a projetos em 2015).
MPI / Projetos		91 106	

Quadro B. 26 – Incorreções na despesa por Programa de 2015, para efeitos da sua comparação com a despesa de 2016 (em milhões de euros)

Programa Orçamental (2016)	Despesas de 2015 (CGE)	Correções	Fundamento ⁽¹⁾
PO01 – Órgãos de soberania	3 138	-9	€ -8 M de transferências entre entidades do Programa, não identificadas pela DGO; € -1 M, relativo às transferências do OE para as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, afetas (e consolidadas no PO14, que comporta a execução do orçamento privativo destes SFA.
PO02 – Governação	133	-1	€ -1 M de transferências entre entidades do Programa, não identificadas pela DGO.
PO03 – Representação externa	382	-4	€ -3 M relativos ao Instituto de Investigação Científica e Tropical (extinto por fusão sendo as suas atribuições essencialmente integradas na Universidade de Lisboa que, em 2016, pertence ao PO10) ⁽²⁾ ; € -1 M de transferências entre entidades do Programa, não identificadas pela DGO.
PO04 – Finanças	3 303	52	A DGO consolidou no PO04 – Finanças transferências e juros pagos por entidades do PO05 – Gestão da Dívida Pública: € 48 M de juros pagos pelos Encargos da Dívida; € 4 M de transferências correntes pagas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública.
PO10 – Ciência, tecnologia e ensino superior	2 214	6	€ 3 M relativos ao Instituto de Investigação Científica e Tropical ⁽³⁾ ; € 3 M relativos a transferências para o Laboratório Internacional de Nanotecnologia incorretamente consolidadas no âmbito deste Programa (esta entidade, em 2016, pertence ao PO15 – Economia).
PO16 – Ambiente	741	-38	€ -38 M relativos a indemnizações compensatórias pagas em 2015 pela Gestão Administrativa e Financeira do Ministério da Economia à REFER (agora Infraestruturas de Portugal) e à CP que, em 2016 passaram a ser pagas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, integrado no PO14 – Planeamento e infraestruturas.

(1) Parte das divergências são relativas a transferências entre entidades do mesmo programa orçamental que não foram consolidadas pela DGO. O detalhe relativo a estes montantes consta do ponto 3.3.2 do PCGE 2016.

(2) A despesa registada no orçamento privativo desta entidade foram consideradas no PO10 e não foram consolidadas (eliminadas) as transferências das entidades consideradas no PO03 tendo o instituto por beneficiário.

(3) Inclui a despesa registada no orçamento privativo desta entidade e exclui as transferências de que foi beneficiário, efetuadas por outras entidades do PO10.



RISCOS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS NACIONAIS (CAIXA 9)

Parcerias Público-Privadas (pag 408 Rel TC):

«Em 31/12/2016, o universo de PPP abrangia 32 projetos, distribuídos pelos sectores rodoviário (21), da saúde (8), ferroviário (2) e da segurança (1), com um investimento acumulado, entre 1998 e 2016, de € 14.609 M. Ao sector rodoviário cabe 93% deste investimento, seguindo-se os sectores ferroviário e da saúde, ambos com 3%, e o sector da segurança, com 1%. Em 2016 os pagamentos líquidos ascenderam a € 1.703 M, incorporando um aumento de € 181 M face ao ano anterior decorrente, essencialmente, da evolução verificada no sector rodoviário.

O valor atualizado dos encargos brutos futuros do Estado em resultado dos contratos estabelecidos com os parceiros privados é estimado em € 20.696 M até 2041. Após considerar as receitas previstas nas parcerias rodoviárias (€ 6.622 M), o valor atualizado dos encargos líquidos é de € 14.074 M (MF, Relatório do Orçamento do Estado 2018).»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Observações da UTAO relativas à Execução da Infraestruturas de Portugal

Execução da Infraestruturas de Portugal (pgs 36 a 42 do parecer da UTAO)

O défice global da empresa Infraestruturas de Portugal em 2016 ficou acima do verificado em 2015 e abaixo do previsto no OE/2016. O défice aprovado para a empresa Infraestruturas de Portugal no orçamento inicial para 2016 foi de 1.131 M€, tendo subjacente uma deterioração homóloga de 496 M€ para o conjunto do ano. Contudo, na execução anual de 2016 registou-se um défice de 939 M€, o que reflete uma deterioração homóloga de 303 M€. Para este desvio contribuiu um grau de execução da despesa (90,4%) que ficou abaixo do grau de execução da receita (96,1%). De referir as alterações orçamentais efetuadas durante o ano 2016 tiveram subjacente um aumento de receita efetiva e despesa efetiva.

Tabela- Execução da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Execução		Anual		Grau de execução OE/2016	Taxa de variação	
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.		Jan-dezembro	OE/2016
1. Receita corrente	1 145	870	681	978	127,8	-24,0	-40,6
Impostos indiretos	649	163	0	163		-74,9	-100,0
Contribuição de serviço rodoviário	649	163	0	163		-74,9	-100,0
Taxas, multas e outras penalidades	322	342	336	336	102,0	6,4	4,3
Portagens	319	340	328	328	103,5	6,6	3,0
Transferências correntes	39	220	195	329	112,6	-	-
Contribuição de serviço rodoviário		169	159	279	106,8		
IMT		50	36	50	138,4		
Vendas de bens e serviços	122	111	130	130	85,4	-9,4	6,1
Outras receitas correntes	14	34	20	20	171,2	147,1	44,3
2. Receita de capital	266	449	692	482	64,9	68,9	160,4
Venda de bens de investimento	4	2	8	8	26,1	-53,1	79,4
Transferências de capital	258	445	594	474	75,0	72,6	130,2
Contribuição de serviço rodoviário		350	524	404	66,9		
União Europeia	255	90	66	66	136,2	-64,6	-74,0
Outras receitas de capital	3	2	90	0	1,7	-52,4	-
Ativos incorpóreos	0	0	90	0	0,0		
3. Receita efetiva (1+2)	1 411	1 319	1 373	1 460	96,1	-6,5	-2,7
4. Despesa corrente	507	505	682	741	74,2	-0,4	34,3
Despesas com o pessoal	110	114	121	130	94,1	3,6	10,1
Aquisição de bens e serviços	195	246	356	414	68,9	25,8	82,5
Bens	22	20	47	45	41,3	-9,8	113,3
Serviços	173	226	309	370	73,2	30,3	78,0
Outras despesas correntes	42	9	67	58	13,0	-79,1	60,5
Subsídios	0	0	0	0	100,1	100,0	99,8
Juros e outros encargos	159	133	135	134	98,3	-16,5	-15,0
Transferências correntes	1	5	2	5	227,9	232,2	45,7
5. Despesa de capital	1 539	1 758	1 823	2 093	96,4	14,2	18,4
Investimentos	1 523	1 758	1 822	2 092	96,5	15,4	19,6
Concessões	1 297	1 686	1 659	1 946	101,6	30,0	28,0
Outros investimentos	227	72	163	146	44,3	-68,2	-28,2
Transferências de capital	16	0	1	1	0,0	-100,0	-94,1
6. Despesa efetiva (4+5)	2 046	2 263	2 504	2 834	90,4	10,6	22,4
7. Saldo global (3-6)	-635	-944	-1 131	-1 374			
<i>Por memória:</i>							
Contribuição de serviço rodoviário	649	683	683	683	100,0	5,3	5,3



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades. IMT: Instituto da Mobilidade e dos Transportes. A coluna "OE/2016 + Alt. Orç." refere-se à previsão corrigida (receita) e dotação orçamental corrigida (despesa) na base de dados no final de dezembro 2016. Na previsão corrigida exclui-se a receita em ativos incorpóreos (90 M€) devido ao facto de a estimativa de execução para 2016 não incluir esta receita. De acordo com esclarecimento adicional da DGO a receita de contribuição de serviço rodoviário para 2016 independentemente da classificação contabilística foi de 682,8 M€. No entanto, a soma das parcelas de contribuição de serviço rodoviário constante na previsão corrigida de dezembro de 2016 apresentou um montante superior (845,8 M€), o que acabou por não se concretizar.

No âmbito da receita, a execução situou-se abaixo do montante orçamentado. O montante previsto para a receita relativa à contribuição de serviço rodoviário (independentemente da classificação contabilística no biénio 2015-2016) foi de 683 M€, o que corresponde a uma subida de 5,3% e à execução da totalidade do montante previsto no OE/2016. Quanto à receita proveniente de portagens, esta registou um aumento de 6,6%, sendo que foi superior ao crescimento previsto no OE/2016 (3%). De referir que no OE/2016 se encontrava orçamentada uma receita de capital em ativos incorpóreos no montante de 90 M€ no âmbito da concessão da exploração da IP Telecom, a qual deixou de estar prevista de acordo com a informação constante na estimativa de execução para 2016. Além disso, para 2016 encontrava-se orçamentada uma receita corrente no âmbito de indemnizações compensatórias provenientes do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), a qual foi integralmente executada em dezembro de 2016 (50 M€).

Quanto à despesa, tanto a componente corrente como a componente de capital apresentaram uma execução inferior ao orçamentado no OE/2016. A despesa situou-se abaixo do montante orçamentado no OE/2016, representando um grau de execução de 90,4%, sendo que a componente de despesa corrente (74,2%) apresentou um grau de execução inferior à componente de capital (96,4%). Relativamente à despesa de capital, de referir a despesa classificada como investimento, sobretudo as concessões rodoviárias no valor de 1686 M€ (grau de execução de 101,6% do orçamento inicial) bem como os outros investimentos com grau de execução de apenas 44,3%, correspondendo a um montante de 72 M€, face a 163 M€ previstos no OE/2016. Adicionalmente, importa destacar que se verificaram alterações orçamentais durante o ano 2016, nas quais se inclui o pagamento da empresa Infraestruturas de Portugal à Autoestradas Transmontana. A receita referente ao mês de dezembro de 2015 registou um montante proveniente da União Europeia para financiar o pagamento à Autoestradas Transmontana.

Relativamente à execução orçamental da empresa Infraestruturas de Portugal por “medidas orçamentais”, destaca-se quer a componente ferroviária quer a componente Parcerias Público-Privadas, as quais registaram os principais desvios face ao previsto no OE/2016. Os défices subjacentes ao OE/2016 para as componentes ferroviária e Parcerias Público-Privadas foram de 185 M€ e 934 M€, respetivamente, sendo que os défices verificados na execução se situaram em 81 M€ e 865 M€.

Tabela – Saldos das medidas da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros)

	Execução		Anual	
	Jan-dez 2015	Jan-dez 2016	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.
1. Componente rodoviária	196	7	-12	-35
2. Componente ferroviária	-224	-81	-185	-237
3. Parcerias Público-Privadas	-608	-865	-934	-1 101
4. Saldo global (1+2+3)	-635	-939	-1 131	-1 374

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades.

No que se refere à componente ferroviária, registou-se um baixo grau de execução quer na despesa quer na receita, quando comparado com o ano anterior. O défice da componente ferroviária em 2016 foi 81 M€ (Tabela 24), aquém do défice previsto no OE/2016 (185 M€), o que corresponde a um grau de execução da despesa (72%) inferior ao verificado na receita (87,4%). No lado da receita, o baixo grau de execução é justificado pela contribuição de serviço rodoviário atribuída à componente ferroviária aquém da prevista, bem com pela ausência de receita proveniente de ativos incorpóreos no âmbito da concessão da IP Telecom, o que foi compensado parcialmente pelo elevado grau de execução das transferências de capital da União Europeia e da transferência do IMT por conta de indemnizações compensatórias efetuada integralmente em dezembro de 2016. No lado da despesa, verificou-se uma baixa execução da aquisição de bens e serviços em conservação de bens e matérias-primas, bem como construções, infraestruturas e dos outros investimentos. De acordo com o plano de negócios da empresa Infraestruturas de Portugal estava prevista a intervenção na rede ferroviária com financiamento no

orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal no montante de 85 M€. Ainda para 2016 estava programado no referido Plano de Investimentos um conjunto alargado de concessões e adjudicações, com especial incidência no 2.º semestre.

Tabela – Componente ferroviária da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Execução		Anual		Grau de execução OE/2016	Taxa de variação	
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.		Jan- dezembro	OE/2016
Componente ferroviária							
1. Receita	193	297	340	281	87,4	53,9	76,2
<i>Contribuição de serviço rodoviário</i>		37	59	58	63,1	-	-
<i>Transferências do Estado</i>	35					-100,0	-100,0
<i>Transferências do IMT</i>		54	40	54	134,7	-	-
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	119	105	107	107	97,9	-11,9	-9,9
<i>Transferências de capital do UE</i>	24	71	45	43	156,8	190,7	85,4
<i>Ativos incorpóreos</i>		0	69		0,0	-	-
2. Despesa	417	378	525	519	72,0	-9,4	26,0
<i>Despesa com pessoal</i>	77	70	74	74	93,6	-10,2	-4,0
<i>Matéria-prima e subsidiárias</i>	19	17	43	41	39,3	-12,4	122,7
<i>Conservação de bens</i>	64	77	96	105	79,5	19,7	50,6
<i>Outras aquisições de bens e serviços</i>	35	42	54	54	77,5	18,5	53,0
<i>Juros e outras encargos</i>	143	120	122	121	98,4	-16,6	-15,2
<i>Reserva e outras despesas correntes</i>	3	0	11	11	0,0	-100,0	288,2
<i>Construções e infraestruturas</i>	42	40	94	86	42,1	-6,6	121,6
<i>Outros investimentos</i>	5	4	23	18	18,1	-15,1	368,5
3. Saldo (1-2)	-224	-81	-185	-237			

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades. IMT: Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

No que se refere à medida relativa a Parcerias Público-Privadas, registou-se um défice inferior ao aprovado no OE/2016, mas superior ao verificado no período homólogo. A execução de 2016 apresentou um défice 865 M€, o que compara com o orçamentado em 934 M€ (Tabela 25). Para este desvio contribuiu o grau de execução da receita que se situou em 112,9% do OE/2016, desagregando-se em 118,2% na parcela da contribuição de serviço rodoviário atribuída à medida Parcerias Público-Privadas por contrapartida da menor atribuição às componentes rodoviária e ferroviária que as previstas no OE/2016 e em 103,5% para a receita proveniente de portagens.

Quanto à despesa, o grau de execução foi de 101,6% do montante do OE/2016, essencialmente determinado pelo pagamento a concessões e subconcessões da IP.

Tabela – Componente Parcerias Público-Privadas da empresa Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Execução		Anual		Grau de execução OE/2016	Taxa de variação	
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.		Jan-dezembro	OE/2016
Parcerias Público-Privadas							
1. Receita	696	846	750	873	112,9	21,6	7,7
<i>Contribuição de serviço rodoviário</i>	402	498	421	545	118,2	23,9	4,8
<i>Portagens</i>	294	340	328	328	103,5	15,6	11,7
2. Despesa	1 304	1 711	1 683	1 974	101,6	31,2	29,1
<i>Concessões</i>	1 297	1 686	1 659	1 946	101,6	30,0	28,0
3. Saldo (1-2)	-608	-865	-934	-1 101			

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades. O valor da receita de portagens da coluna CGE/2015 difere do que consta na Tabela 22 porque em 2015 foi afetado um montante de 24,8 M€ de receita de portagens à componente rodoviária.

Relativamente à componente rodoviária da empresa Infraestruturas de Portugal, registou-se em 2016 um saldo próximo do equilíbrio. O saldo em 2016 foi de 7 M€, que compara com o montante de 12 M€ previstos no OE/2016. Contudo, verificou-se um baixo grau de execução da despesa (58,9%) sobretudo em aquisição de bens e serviços, designadamente em conservação de bens e aquisição de outros bens e serviços (Tabela 26). Adicionalmente, no OE/2016 registou-se a reserva orçamental no montante de 31,9 M€, a qual não foi utilizada. Quanto à receita, o grau de execução foi de 64%, essencialmente devido ao baixo montante de contribuição de serviço rodoviário atribuído à componente rodoviária. De referir que para o baixo grau de execução da receita contribuiu também a venda de bens e serviços correntes e da ausência da receita de ativos incorpóreos.

Tabela – Componente rodoviária da Infraestruturas de Portugal
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	Execução		Anual		Grau de execução OE/2016	Taxa de variação	
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	OE/2016	OE/2016 + Alt. Orç.		Jan- dezembro	OE/2016
Componente rodoviária							
1. Receita	522	181	283	305	64,0	-65,3	-45,7
<i>Contribuição de serviço rodoviário</i>	247	148	202	243	72,9	-40,2	-18,0
<i>Portagens</i>	25					-100,0	-100,0
<i>Outras taxas, multas e penalidades</i>	3	2	7	7	30,4	-26,3	142,4
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	4	6	23	23	27,0	71,7	535,4
<i>Transferências de capital da LIE</i>	230	12	21	24	56,6	-94,9	-91,0
<i>Ativos incorpóreos</i>		0	22		0,0	-	-
2. Despesa	326	174	296	341	58,9	-46,4	-9,1
<i>Despesa com pessoal</i>	32	44	46	56	94,8	36,6	44,0
<i>Conservação de bens</i>	47	71	104	150	68,7	53,6	123,7
<i>Outras aquisições de bens e serviços</i>	23	13	35	35	38,5	-42,4	49,8
<i>Impostos e taxas</i>	28	3	2	3	170,2	-90,2	-94,2
<i>Outras despesas correntes</i>	0	0	17	4	0,0	-98,7	-
<i>Reserva</i>			32	32		-	-
<i>Investimento</i>	179	28	45	45	62,4	-84,3	-74,8
3. Saldo [1-2]	196	7	-12	-35			

Fonte: Sistemas aplicacionais da DGO. | Nota: A empresa Infraestruturas de Portugal foi criada em 2015 através da fusão entre a empresa Estradas de Portugal e a REFER, pelo que a execução em 2015 resulta da soma da execução orçamental destas duas entidades.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

II . Opinião do Deputado autor do parecer

Conferindo o regimento da Assembleia da República à parte II do relatório o carácter de “elaboração facultativa” e de exclusiva responsabilidade do seu autor, pelo que, e atendendo à natureza e transversalidade do documento em apreciação e ao âmbito específico em que é solicitado e justificado o parecer à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, o autor exime-se de neste documento apresentar a sua opinião sobre a Conta Geral do Estado de 2016.

III . Conclusões

Em face dos considerandos expostos, a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas entende que o presente relatório deve ser remetido à Comissão de Orçamento e Finanças, reservando os vários grupos parlamentares as suas posições para o debate em plenário.

Palácio de S. Bento, 31 de Janeiro de 2018

O Deputado Relator

(Joel Sá)

O Presidente da Comissão

(Hélder Amaral)



IV. ANEXO

Lista Classificativa dos Programas Orçamentais e Principais Medidas abordados

P007 – Segurança Interna

Ação Governativa

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Cofre de Previdência da P.S.P.

Guarda Nacional Republicana

Inspeção Geral da Administração Interna

Polícia de Segurança Pública

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Serviços Sociais da G.N.R.

Serviços Sociais da P.S.P.

P014 – Planeamento e Infraestruturas

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Autoridade da Mobilidade e dos Transportes

Autoridade Nacional das Comunicações

Autoridade Nacional de Aviação Civil

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CP - Comboios de Portugal E.P.E.

Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado

Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários

Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves

Gabinetes dos Membros do Governo - MPI

GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.

Infraestruturas de Portugal, S.A.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Metro - Mondego, S.A.

TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

P015 – Economia

Ação Governativa - ME

Agência Nacional de Inovação, S.A.

Autoridade da Concorrência

ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, S.A.

Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, I.P.

Fundo de Contragarantia Mútuo

Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético

Gestão Administrativa e Financeira do Ministério da Economia

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.

Instituto do Turismo de Portugal, I.P.

Instituto Português da Qualidade, I.P.

Instituto Português de Acreditação I.P.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

Região de Turismo do Algarve

SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.

Turismo Centro de Portugal

P016 – Ambiente

Ação Governativa

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Conselho Nacional da Água

Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Costa Polis Soc. para o Desenvolvimento do Prog. Polis na Costa da Caparica, S.A.

Direção-Geral do Território

Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e dos Resíduos

Fundo Ambiental

Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Marina do Parque das Nações - Soc. Concessionária da Marina Parque das Nações, S.A.

Metro do Porto Consultoria - Consult. em Transp. Urbanos e Particip., Unip, Lda

Metro do Porto, S.A.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Parque Expo, 98 S.A.

Polis Litoral Norte, S.A.

Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.

Polis Litoral Ria Formosa, S.A.

Polis Litoral Sudoeste-Soc. para o Req. e Valor do Sud. Alentejano e C. Vicentina

Porto Vivo, S.R.U. - Sociedade de Reabilitação Urbana

Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente

Softusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Vianapolis, Soc. para o Desenvolvimento do Prog. Polis em Viana do Castelo, S.A.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Po18 – Mar

Ação Governativa - MM

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020

Direção-Geral de Política do Mar

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental

Fundo Azul

Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca

Gabinete Investigação Acidentes Marítimos Autoridade para a Meteorol
Aeronáutica

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

